

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a abril de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de maio de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 25/06/2019.

A publicação está dividida em sete seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, o assunto em destaque é a criação do Fundo Soberano e do Fundo de Infraestrutura do Espírito Santo.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que as expectativas para o crescimento do PIB em 2019 seguem em queda, assim como a previsão para a Selic ao final do ano. Ainda assim, o Copom manteve a taxa básica em 6,50% na reunião de junho. O resultado do PIB capixaba mostrou queda de -1,3% em no primeiro trimestre de 2019, quando comparado ao último trimestre do ano passado, abaixo do resultado do Brasil, que havia sido de -0,2% nesta base de comparação.

Já o IPCA acumulado em 12 meses até maio chegou a 4,66% no Brasil e 4,45% para a RGMV.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de fevereiro mostram que a indústria brasileira cresceu 0,3% no mês de março, enquanto a capixaba teve queda de -5,5%, influenciada pelo recuo da indústria extrativa no mês (-17,5%). No acumulado em 12 meses até abril, a indústria nacional tem redução de -1,1% na produção física, enquanto no Espírito Santo a queda é de -3,2%.

A quarta seção – **Comércio Exterior** – indica que a balança comercial do Brasil e do Espírito Santo seguem superavitárias no acumulado do ano até maio, com saldo de US\$ 22,1 bilhões e US\$ 560 milhões, respectivamente.

A quinta seção – **Crédito** – traz o saldo da carteira total no mês de abril, com estabilidade para o país (0,0%), e queda para o estado (-1,2%). Na comparação contra abril de 2018 o resultado é positivo, com altas de 5,4% e 3,1%, respectivamente.

A sexta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – mostra os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes ao primeiro quadrimestre de 2019, comparando todos os estados brasileiros. O Espírito Santo se mantém como um dos destaques nacionais nos indicadores analisados.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O Ideies disponibiliza em seu portal o “Ideies em Dados”, espaço que concentra os dados de diversas fontes oficiais, inclusive as utilizadas nesse boletim. Acesse e veja mais em: <http://www.portaldaindustria-es.com.br/ideies-em-dados>.

Ótima leitura!

Seções

1. Assunto em Destaque – Fundos Soberano e de Infraestrutura	02
2. Cenário Econômico	04
3. Desempenho Industrial	09
4. Comércio Exterior	12
5. Crédito	16
6. Finanças Públicas Estaduais	21
7. Comentários Finais	25

1. Assunto em Destaque – Fundos Soberano e de Infraestrutura

Neste mês de junho foram aprovados pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e sancionados pelo Governador do Estado importantes projetos que criam dois fundos estaduais: um soberano e um de infraestrutura.

A iniciativa de criar os fundos partiu do Governo do Estado, com projetos de lei que propunham a criação do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, convertido na Lei Complementar nº 914/2019, e do Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, efetivado na Lei Ordinária nº 11.002/2019.

Ambos caminham na direção de se pensar o desenvolvimento de longo prazo do estado, principalmente por direcionar receitas não recorrentes, provenientes da exploração de recursos naturais finitos como petróleo e gás natural¹, para financiar investimentos que beneficiarão também as futuras gerações.

Para a constituição desses fundos o Governo do Estado aproveita uma janela de oportunidade importante, que se abriu a partir da assinatura de acordo entre a ANP e a Petrobras. Esse acordo pôs fim ao imbróglio sobre os campos de produção de petróleo e gás natural do Parque das Baleias, que se arrastava desde 2014². O efeito prático para os cofres estaduais será o pagamento retroativo de cerca de R\$ 1,57 bilhão em participações especiais, dos quais R\$ 790 milhões já foram pagos a título de transferências de capital da União para o Estado até o mês de junho, além de incrementos importantes nos futuros pagamentos trimestrais dos valores de participação especial.

A composição das receitas dos fundos tem origem nos recursos provenientes da exploração de petróleo e gás

natural: o Fundo de Infraestrutura será constituído pelos recursos retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias; já o Fundo Soberano será composto, principalmente, a partir de um percentual das receitas futuras provenientes dos royalties (mínimo de 40%) e participações especiais (mínimo de 15%). Ou seja, os fundos serão viabilizados a partir de novas fontes de receita que ainda não faziam parte dos instrumentos de planejamento orçamentário do Governo do Estado.

Os fundos se diferem em relação à utilização dos seus recursos. O Fundo de Infraestrutura será destinado a melhorias na infraestrutura estratégica do estado. Já o FUNSES terá duas destinações: I) política de investimentos estratégicos para promoção de desenvolvimento econômico sustentável do estado; II) gerar mecanismos de poupança, com finalidade intergeracional e como forma de mitigar possíveis riscos fiscais e auxiliar a condução de política fiscal anticíclica³.

Entre 2019 e 2022, 40% dos valores que ingressarem no Fundo Soberano deverão ser destinados para modalidades de aplicação relacionadas à finalidade II, de geração de mecanismos de poupança, operacionalizada pelo Banestes como agente financeiro. Esse percentual passará para 30% entre 2023 e 2026, e será de 20% a partir de 2027. A parte complementar, que iniciará com 60% dos recursos ingressantes até alcançar 80% em 2027, se destinará a aplicações relacionadas à finalidade I, ou seja, política de investimentos estratégicos, que deverá ocorrer por meio de investimentos em empresas privadas ou governamentais com sede fiscal no Espírito Santo ou que tenham projetos atuais ou futuros previstos no estado, e será operacionalizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) como agente de desenvolvimento⁴.

¹ As principais receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural para os cofres públicos são os royalties e as participações especiais. Segundo definições da Agência Nacional do Petróleo (ANP) os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro, como uma remuneração à sociedade pela exploração destes recursos não renováveis. As participações especiais são uma compensação financeira extraordinária que incide sobre a exploração e produção em campos de grande volume. Para mais detalhes, confira o site da ANP: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes>.

² A partir do acordo o Campo de Jubarte passa a se chamar Novo Campo de Jubarte e ganha novo contorno, abrangendo as áreas de Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca e partes de Cachalote e Pirambu, na Bacia de Campos. Veja mais em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/acordo-entre-anp-e-petrobras-da-novo-contorno-ao-campo-de-jubarte>.

³ As políticas anticíclicas são um conceito econômico que denomina a ação do Estado para influenciar eventuais desequilíbrios macroeconômicos. Na maioria das vezes, uma política fiscal anticíclica busca promover efeitos compensatórios em momentos de desaquecimento da economia, via aumento dos gastos públicos e investimentos.

⁴ No campo nacional, há movimentação contrária em relação à participação societária do BNDES (banco de desenvolvimento nacional) em empresas. O BNDESPar, braço de participações do banco, tem mais de R\$ 120 bilhões na sua carteira de investimentos, na condição de sócio de empresas de capital aberto e fechado, participação em fundos de investimento e em debêntures. O Governo Federal sinaliza que pretende se desfazer de todas as participações nos próximos quatro anos, utilizando os recursos para abater dívidas e focando a atuação do BNDES em financiamentos para infraestrutura e para o médio empresário brasileiro.

Além do Banestes como agente financeiro e do Bandes como agente de desenvolvimento, a lei que cria o FUNSES determina que ele será vinculado e administrado pela Secretaria Estadual de Fazenda, havendo ainda um conselho gestor, a ser instituído, que elaborará as diretrizes gerais de utilização dos recursos. O Fundo de Infraestrutura, por sua vez, será vinculado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas e administrado por um conselho gestor.

As finalidades do Fundo Soberano capixaba se assemelham às do Fundo Soberano do Brasil (FSB), criado em 2008 e recém extinto pela Medida Provisória nº 881 de abril de 2019. O FSB objetivava promover investimentos no Brasil e no exterior, formar poupança pública e mitigar efeitos dos ciclos econômicos.

Há o diagnóstico de que o fundo brasileiro não foi bem-sucedido por conter objetivos conflitantes (formar poupança x mitigar efeitos dos ciclos econômicos) e por não ter tido regras de aporte e resgate bem definidas, e ter sido prejudicado por um momento de agravamento da crise fiscal, com sucessivos déficits primários e aumento da dívida pública, o que conflitava com a estratégia de se manter um fundo formador de poupança.

As experiências internacionais de fundos soberanos mostram como fatores críticos de sucesso que os objetivos do fundo estejam diretamente ligados às suas definições de governança, transparência e estratégias de investimento.

Para isso, recomenda-se que todos estes pontos estejam bem definidos e detalhados em arcabouço legal robusto, com mecanismos estabelecidos de forma clara em relação: às funções e responsabilidades dos órgãos diretivos; à independência dos operadores para perseguir os objetivos definidos em linha com a política de investimentos; às regras de aporte, de resgate e de utilização; bem como ter mecanismos de transparência, incluindo auditorias externas, internas e independentes.

Tudo isso posto, desponta como importante o registro da boa intenção e do bom momento para a criação do Fundo Soberano e do Fundo de Infraestrutura no Espírito Santo, com o compromisso de proporcionar um futuro mais próspero e sustentável para a economia e a sociedade capixaba.

Ao mesmo tempo, há grande responsabilidade e expectativa quanto às normas complementares que ainda deverão ser estabelecidas para o melhor funcionamento dos novos fundos, tendo em vista a necessidade de uma gestão profissional, independente e transparente, blindada de influências políticas, e visando sempre a correta aplicação e utilização dos valiosos recursos públicos que deverão ajudar a construir o amanhã.

Tabela 1 – Resumo das principais informações dos Fundo Soberano e Fundo de Infraestrutura do Espírito Santo

	Fundo Soberano	Fundo de Infraestrutura
Objetivos	Investimentos financeiros estratégicos; Gerar mecanismos de poupança intergeracional; Auxiliar condução de política fiscal anticíclica.	Dar suporte financeiro e auxiliar as melhorias na infraestrutura estratégica do desenvolvimento de obras no Espírito Santo.
Origem dos Recursos	Royalties e participações especiais; contribuições e doações de entidades públicas e privadas; saldos dos exercícios anteriores.	Recursos retroativos de royalties e participações especiais (acordo Parque das Baleias); rendimentos de aplicações financeiras.
Aplicações	Participação acionário em empresas capixabas ou que invistam no estado; pré-investimento em projetos e estudos de interesse estadual; aplicações financeiras em renda fixa ou variável.	Não especificado.
Vinculado a	Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).	Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETOP).
Gerido por	Conselho Gestor do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (COGEF); SEFAZ; Bandes como agente de desenvolvimento; e Banestes como agente financeiro.	Conselho gestor formado por secretários de estado e presidido pelo(a) Secretário(a) de Governo.

Fonte: Lei Complementar Estadual nº 914/2019 e Lei Ordinária Estadual nº 11.002/2019

Elaboração: Ideies / Sistema Findex

2. Cenário Econômico

As negociações em torno da Reforma da Previdência continuam como uma das principais pautas econômicas do país. Em 13 de junho, o relator da reforma, deputado Samuel Moreira, apresentou à comissão especial da Câmara propostas de mudanças no texto. Entre os pontos de maior repercussão, destacam-se: a retirada da criação do sistema de capitalização e das mudanças originalmente previstas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural. Foi incluído ainda a proporção de um aumento da alíquota da CSLL⁵ para bancos. Caso a revisão e a aprovação do texto pela comissão especial ocorram em tempo hábil, a votação no plenário pode ocorrer antes do recesso de julho, como prevê o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia⁶.

As expectativas econômicas quanto à Reforma vão para além da política fiscal. Entre elas, esperam-se desdobramentos sobre a taxa de juros e a inflação. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem constantemente sinalizado, em suas atas de reunião, que ajustes e reformas na economia são necessários para a redução do patamar da taxa de juros.

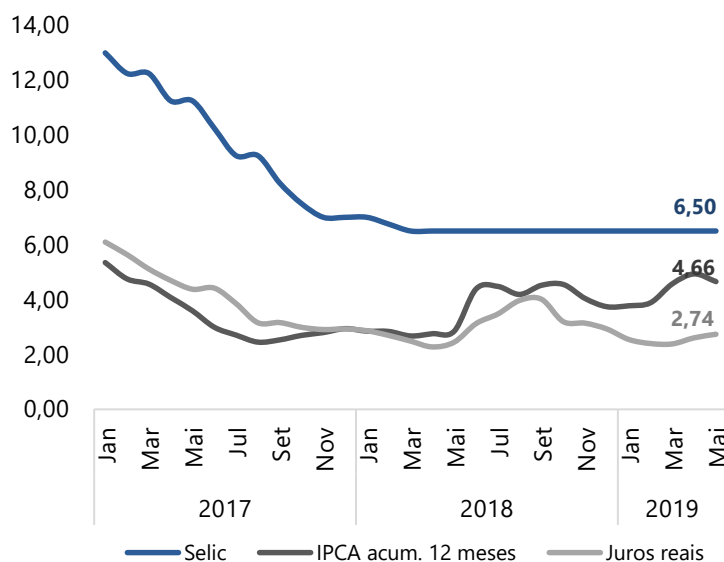
Em 19 de junho, o Copom manteve a Selic (taxa básica de juros) em 6,5% a.a., taxa constante desde março de 2018.

O Copom avaliou que a Selic neste patamar é adequada para a convergência da inflação para a meta de 4,25% a.a. O Comitê ressaltou que a evolução da atividade econômica, dos riscos, das projeções e das expectativas de inflação são condicionantes da política monetária.

Em decorrência do baixo desempenho da economia em abril e maio deste ano, o mercado espera para o terceiro trimestre uma nova redução da taxa de juros.

O Relatório Focus do BC, divulgado em 24 de junho, manteve as projeções da Selic de 5,75% a.a. até o final de 2019, de 6,5% em 2020, e de 7,5% para 2021 e 2020. Para o IPCA de 2019 reduziu-se a previsão para 3,82% a.a.

Gráfico 1 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais¹ (%)



¹ Juros Reais = Juros nominais – Inflação (expectativa para os próximos 12 meses).

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Considerando os 12 meses encerrados em maio de 2019, a inflação do Brasil está em 4,66%, abaixo dos 4,98% registrados em abril. Entretanto, o IPCA permanece acima do centro da meta para este ano.

Na comparação mensal, a inflação de maio foi de 0,13%, menor variação desde novembro de 2018, e ficou 0,44 p.p. abaixo da verificada em abril (0,57%).

O grupo que induziu esta redução foi, sobretudo, o de Alimentos e Bebidas (-0,56%) que contribuiu com 25% na composição do índice⁷. As perspectivas para o próximo mês apontam continuidade na desaceleração deste grupo que, juntamente com Habitação, Transportes e Vestuário, serão responsáveis por uma possível deflação no mês de junho⁸.

⁵ Proposta de aumento para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga por bancos e instituições financeiras.

⁶ Ver mais sobre a discussão da Reforma da Previdência em: <http://www.portaldaindustria-es.com.br/publicacao/193-boletim-economico-capixaba-destaca-a-proposta-de-reforma-da-previdencia>

⁷ Os demais grupos que também apresentaram redução foram: Artigos de residência (-0,10%), Educação (-0,04%) e Comunicação (-0,03%), que somados representam 12,3% do IPCA.

⁸ Projetada em -0,01% pela LCA Consultores.

Para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA de maio ficou em 4,45% no acumulado em 12 meses. Este valor interrompe a trajetória de crescimento da inflação iniciada em fevereiro.

Os preços administrados aumentaram 6,63% em 12 meses, ficando acima do registrado para o Brasil (6,53%). Os preços livres, por sua vez, subiram 3,68%, percentual abaixo do nacional (4,01%).

Alguns grupos pesquisados, apesar de terem diminuído nos doze meses em relação ao mês de abril, ainda registraram variações positivas elevadas. Alimentação e bebidas, que têm um grande peso sobre o índice total, saiu de 8,22% em abril para 7,52% em maio. Seguindo esta tendência, Habitação passou de 6,54% para 5,40%.

Transporte registrou variação positiva de 3,40%, em decorrência do Gás veicular (20,42%), Ônibus urbano (10,51%) e Ônibus interestadual (10,23%) que são significativamente superiores ao IPCA médio da RMGV.

Na análise mensal, o IPCA na RMGV ficou em 0,09%, após o crescimento de 0,32% observado em abril, abaixo da média nacional (0,13%). Nesta base de comparação, os preços livres diminuíram -0,30%, ao passo que os administrados aumentaram 1,18%.

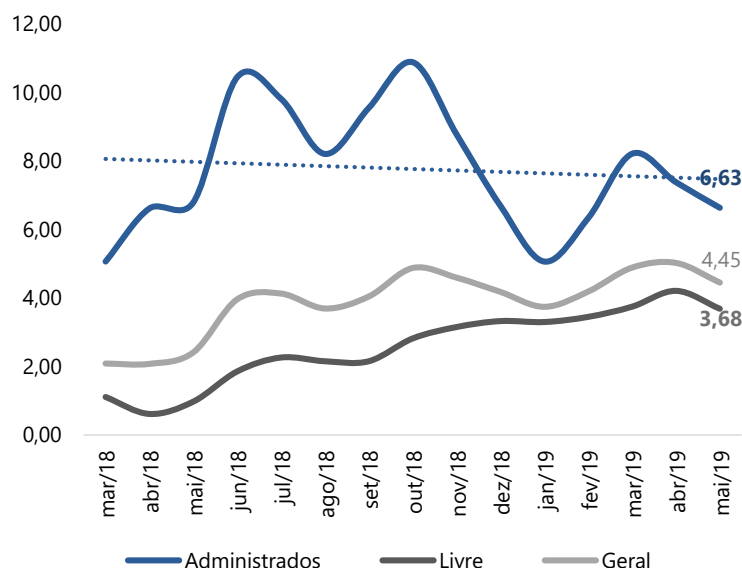
Tabela 2 - Variação (%) do IPCA - maio de 2019

Período	Brasil	RMGV
No mês	0,13	0,09
Preços Livres	-0,23	-0,30
Preços Administrados	1,16	1,18
Acumulado em 12 meses	4,66	4,45
Preços Livres	4,01	3,68
Preços Administrados	6,53	6,63
Acumulado no Ano	2,09	1,57

Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 2 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV



Fonte: IBGE; Ideies

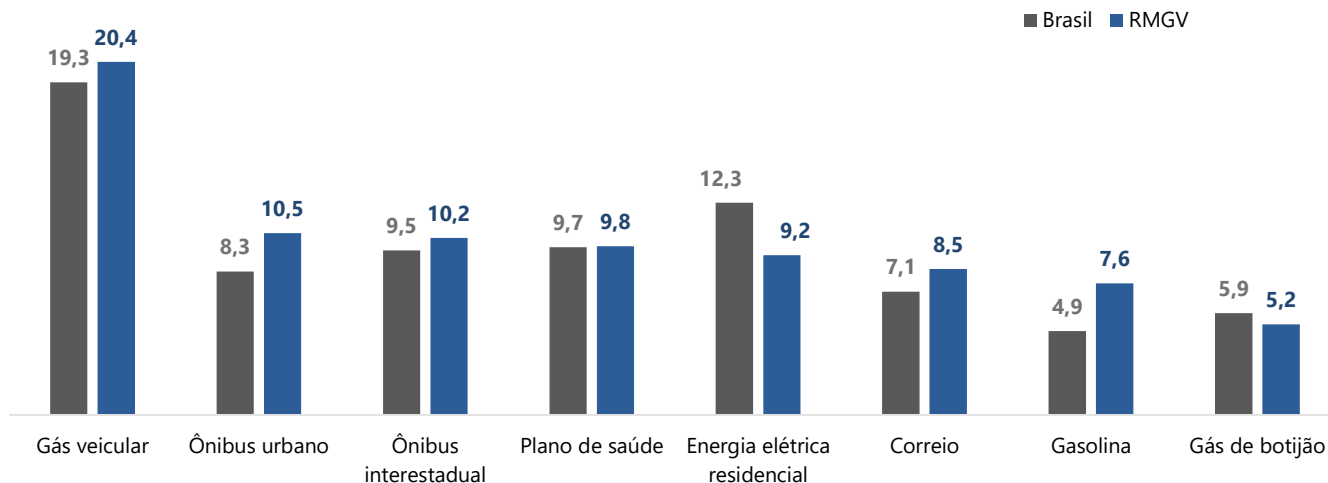
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Na passagem de abril para maio, a gasolina (4,12%) foi o produto de maior influência no IPCA da RMGV, seguido de óleo diesel (1,79%) e de produtos farmacêuticos (1,23%). De acordo com o IBGE, a gasolina teve aumento em todas as regiões pesquisadas. Em relação aos preços dos combustíveis, no dia 12 de junho, a Petrobras anunciou uma revisão na política de preços e, a partir de agora, os preços do diesel e da gasolina serão realizados sem periodicidade definida⁹.

Em relação ao índice de atividade econômica do Banco Central (IBCR-BR), este cresceu 0,72% em 12 meses encerrados em abril, o menor valor desde novembro de 2017 nesta base de comparação. Referente a este mesmo período, a indústria nacional retraiu -1,1%, enquanto comércio e serviços cresceram 1,4% e 0,4%, respectivamente, de acordo com os dados mensais divulgados pelo IBGE.

⁹ Veja mais em: https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/14981/9512_695925.pdf

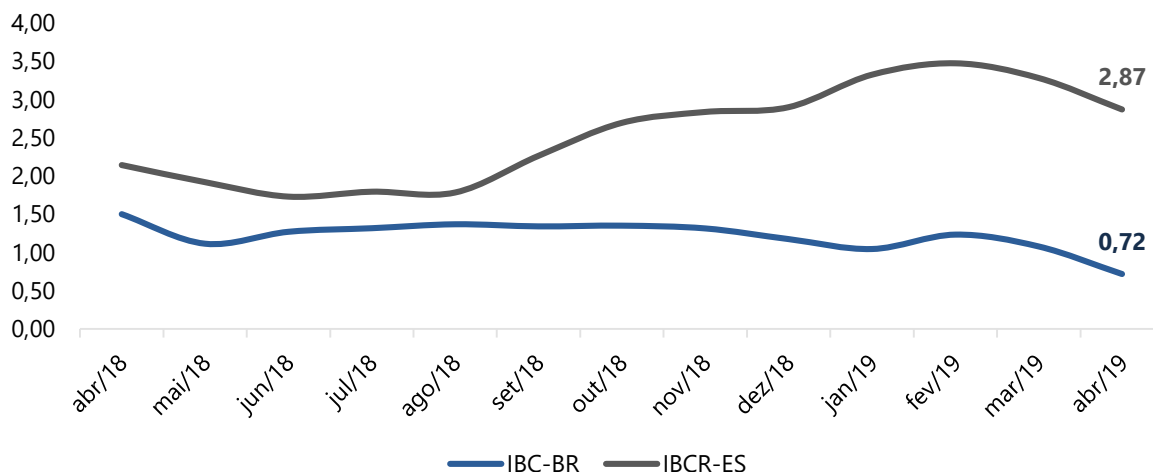
Gráfico 3 - Variação (%) acumulada em 12 meses dos principais preços monitorados – Grande Vitória e Brasil – abril de 2019



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 4 - IBC-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

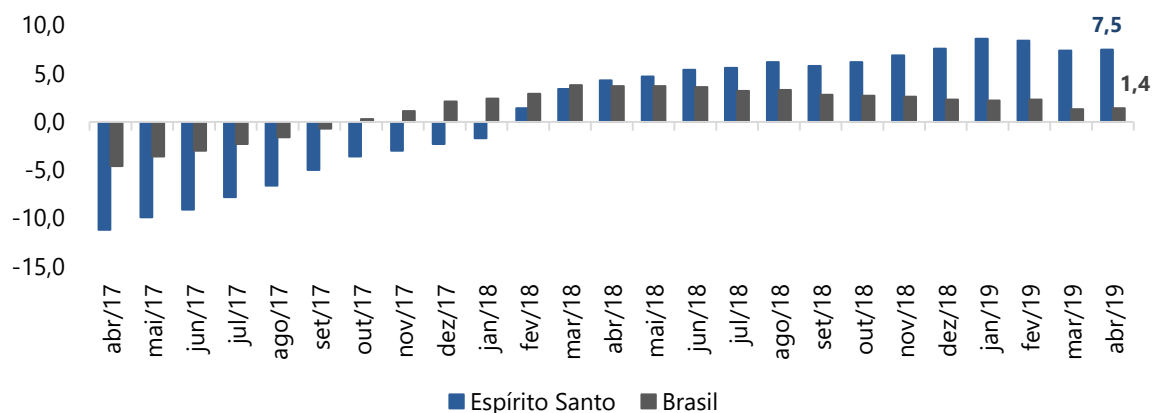
O desempenho da atividade econômica do Espírito Santo (2,87%) foi superior ao nacional (0,72%), no acumulado em 12 meses até abril. Ainda que esta variação tenha sido positiva, o IBCR-ES apresenta trajetória decrescente iniciada em março.

O que influenciou positivamente o IBCR-ES de abril foi o aumento no volume de vendas no comércio varejista (7,5%), entretanto, o nível de produção industrial (-3,2%)

e o setor de serviços, (-3,0%) impactaram negativamente.

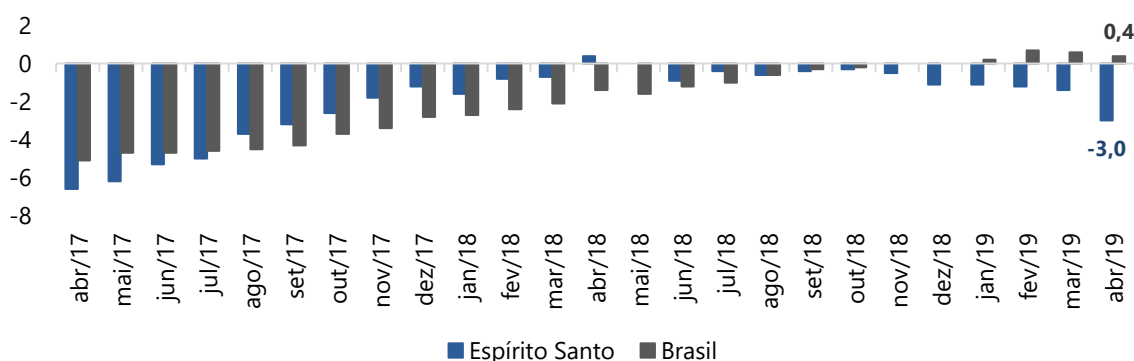
Os comportamentos do setor de serviços e comércio varejista no estado vêm seguindo caminhos opostos desde o ano passado. O comércio varejista mantém a variação do volume de vendas positivo, inclusive maior que a verificada para o Brasil. Já o volume de serviços está negativo, com magnitudes cada vez maiores e tendência contrária a do Brasil.

Gráfico 5 - Volume de vendas no Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 6 - Volume de Serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Abr 2019 / Mar 2019 ¹	Abr 2019 / Abr 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	-0,47	-0,62	0,06	0,72
Índice de atividade econômica regional ES	-1,21	-0,95	1,62	2,87
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,3	-3,9	-2,7	-1,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-5,5	-18,0	-10,3	-3,2
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,6	1,7	0,6	1,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-1,8	7,4	7,8	7,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,0	3,1	2,5	3,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	0,2	7,0	6,4	9,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,3	-0,7	0,6	0,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-1,2	-8,3	-3,6	-3,0

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange o varejo e mais os segmentos de "Veículos e motocicletas, partes e peças" e de "Material de construção".

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Corroborando a tendência de desaceleração do IBCR-ES verificada nos primeiros meses do ano, o PIB do Espírito Santo no primeiro trimestre de 2019 foi na mesma direção do desempenho dos indicadores econômicos analisados acima, influenciado, ainda, pela queda na agricultura.

Divulgado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) no dia 18 de junho, o PIB do Espírito Santo no acumulado de janeiro a março de 2019 totalizou R\$29,1 bilhões, em valores correntes¹⁰. Com este resultado, registrou-se queda em duas das três bases de comparação. A única variação positiva foi de 2,1% no acumulado em 12 meses (de abril de 2018 a março de 2019).

Em relação ao primeiro trimestre de 2018, a redução do PIB capixaba foi de -0,1%. A queda mais expressiva foi de -1,3% frente ao último trimestre de 2018, descontados os efeitos sazonais. Nesta base de comparação, o PIB brasileiro variou -0,2%.

Tendo em vista o recuo do PIB do primeiro trimestre, as expectativas para o segundo não são as mais favoráveis para o cenário econômico brasileiro e capixaba. O Relatório Focus mais recente reduziu a projeção do PIB de 1,0% para 0,87% a.a., enquanto o Copom espera estabilidade para o segundo trimestre.

Tabela 4 - Variações (%) do PIB – Espírito Santo e Brasil

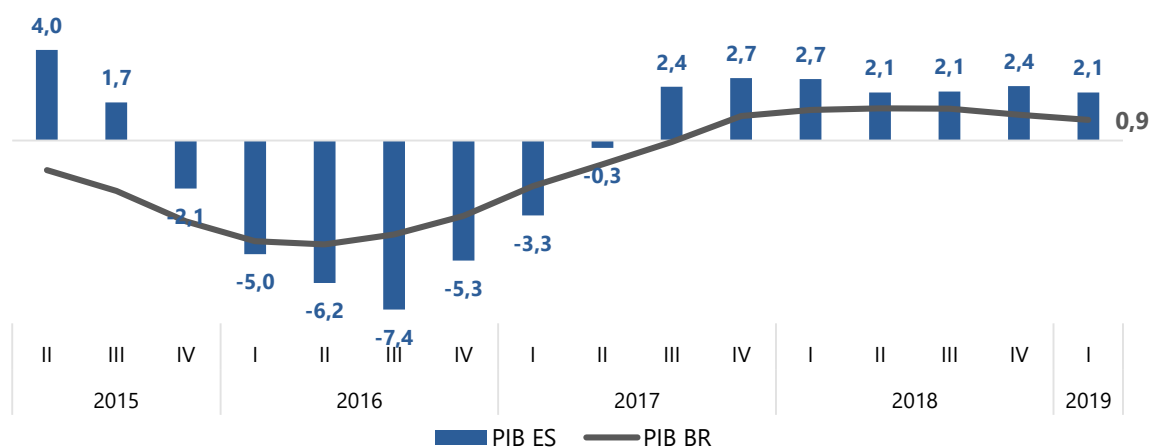
Indicadores Trimestrais	1º trim. 2019 / 4º trim. 2018 ¹	1º trim. 2019 / 1º trim. 2018	Últimos 4 trim. / 4 trim. anteriores
PIB Brasil (%)	-0,2	0,5	0,9
PIB ES (%)	-1,3	-0,1	2,1

¹ Valores com ajuste sazonal

Fonte: IBGE; IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 7 - PIB trimestral Brasil e Espírito Santo - Variação (%) acumulada em 4 trimestres



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Ainda que as expectativas quanto ao crescimento econômico do país para 2019 estejam baixas, a arrecadação de tributos federais cresceu. No acumulado de janeiro a maio, a arrecadação federal foi de R\$ 637,6 bilhões, conferindo um aumento real de 1,28% ante ao mesmo período do ano passado. Essa alta reflete, principalmente, o aumento das receitas com Imposto sobre Importação (5,56%), Imposto sobre a renda total (6,45%) e CSLL (7,79%).

Em maio, a arrecadação da Receita Federal totalizou R\$113,3 bilhões, o que corresponde a um aumento real de 1,92% em relação a maio de 2018, e uma redução de -18,63% em relação a abril de 2019.

Apesar da alta nas comparações com a arrecadação do ano passado, o valor realizado em 2019 ainda se encontra abaixo do originalmente previsto no orçamento, o que ocasionou contingenciamentos por conta do Governo Federal.

¹⁰ Veja mais na Nota Conjuntural do PIB Trimestral, publicada pelo Ideies: <http://www.portaldaindustria-es.com.br/publicacao/232-pib-do-es-registra-queda-de-1-3-no-primeiro-trimestre-de-2019>

3. Desempenho Industrial

De janeiro a abril de 2019, a produção industrial brasileira reduziu -2,7% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com o IBGE.

Tanto a indústria extrativa (-11,8%) quanto a de transformação (-1,3%) apresentaram taxas negativas neste período de comparação. Entre as grandes categorias econômicas, todas tiveram desempenho negativo.

Na comparação com igual mês do ano anterior, o com-

portamento negativo da indústria (-3,9%)¹¹ permanece novamente pressionado pela indústria extrativa (-24,0%). De acordo com o IBGE, a indústria extrativa vem sentindo as consequências do rompimento da barragem de Brumadinho (MG).

Apesar disto, a produção da indústria em abril foi 0,3% superior a de março (descontados os efeitos sazonais), com o resultado positivo da indústria de transformação (1,2%) - que tem mais peso na composição da indústria geral¹² - compensando o recuo da indústria extrativa (-9,7%).

Tabela 5 - Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – abril 2019

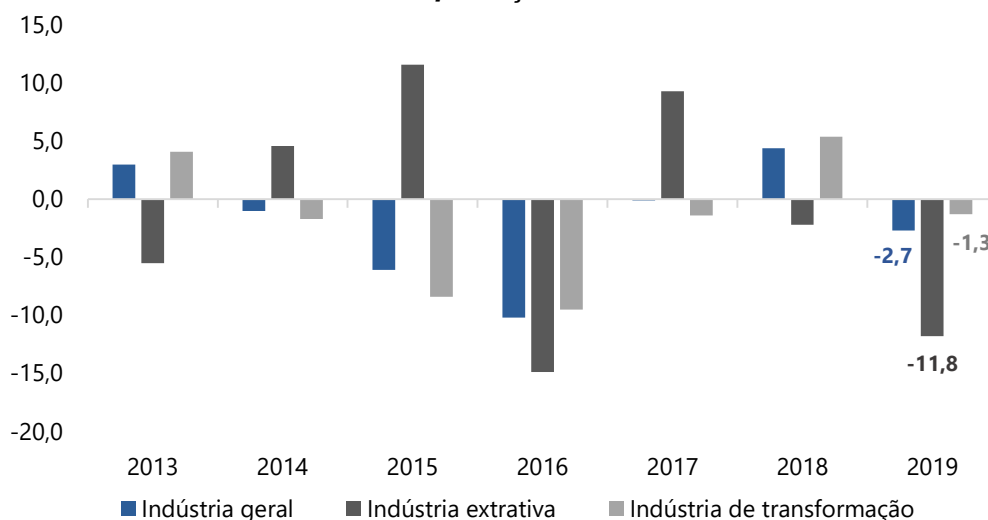
Seções industriais (CNAE 2.0) e Grandes Categorias Econômicas	Acumulado em 12 meses	Acumulado no ano	Abril 19/ Abril 18	Abril 19/ Março 19*
Indústria geral	-1,1	-2,7	-3,9	0,3
Indústria extrativa	-2,4	-11,8	-24,0	-9,7
Indústria de transformação	-0,9	-1,3	-1,0	1,2
Bens de Capital	1,8	-3,1	-0,6	2,9
Bens Intermediários	-1,5	-3,1	-6,1	-1,4
Bens de Consumo	-1,0	-1,5	-0,3	3,1
Bens de consumo duráveis	0,6	-2,2	1,2	3,4
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-1,4	-1,3	-0,7	2,6

Nota (*): com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 8 - Variação (%) acumulada no ano até abril, Indústria Geral, Extrativa e de Transformação - Brasil



Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹¹ Este valor situa-se abaixo do esperado pela LCA Consultoria (-3,6%), assim como das expectativas da Bloomberg (-3,0%) e da Agência Estado (-3,2%).

¹² Segundo os dados divulgados pelo IBGE, de acordo com os produtos pesquisados na PIM-PF nacional, a Indústria Extrativa tem um peso de 11,2% na composição da Indústria Geral, enquanto a Indústria de Transformação corresponde a 88,8%.

No Espírito Santo o cenário não foi diferente e a indústria do estado também apresentou desempenho negativo em abril.

No acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2018, a produção física retraiu -10,3%, com queda de -14,7% na indústria extrativa e de -5,8% na transformação.

Entre todas as atividades pesquisadas, apenas a fabricação de produtos minerais não metálicos registrou desempenho positivo em relação ao mesmo período do ano passado; especificamente neste setor, destacaram-se positivamente a produção de ladrilhos, placas, azulejos, granito e massa de concreto.

Na comparação com abril do ano passado, a queda da produção da indústria capixaba foi ainda mais expressiva (-18,0%), com taxas negativas de -28,6% para a indústria extrativa e -7,3% para a indústria de transformação. A indústria extrativa foi influenciada negativamente pela redução na produção de óleos brutos de petróleo e de minérios de ferro pelletizados ou sinterizados; enquanto a indústria de transformação foi pressionada pela fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-32,7%).

Na comparação com março, a produção da indústria reduziu -5,5% em abril, puxada pela indústria extrativa (-17,5%). A indústria de transformação teve leve aumento de 0,2%, positivamente influenciada pela fabricação de celulose, papel e produtos de papel. Ainda com um baixo índice de produção, esta última atividade apresentou em abril o melhor desempenho no ano, após três meses de quedas consecutivas.

Tabela 6 - Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - abril 2019

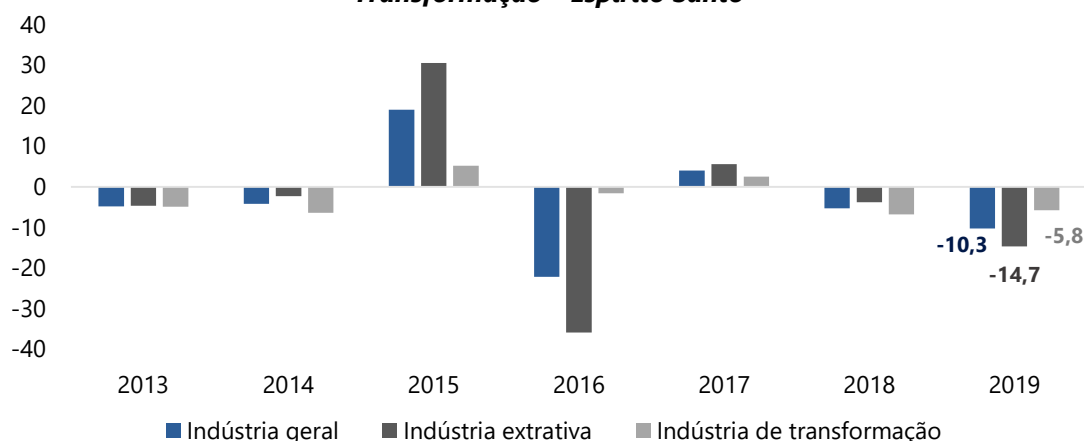
Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Acumulado em 12 meses	Acumulado no ano	Abril 19/ Abril 18	Abril 19/ Março 19*
Indústria geral	-3,2	-10,3	-18,0	-5,5
Indústria extrativa	-4,3	-14,7	-28,6	-17,5
Indústria de transformação	-2,2	-5,8	-7,3	0,2
Fabricação de produtos alimentícios	0,9	-1,6	-6,4	-3,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-11,6	-32,3	-32,7	12,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-3,9	11,6	10,0	-4,4
Metalurgia	2,8	-1,9	-0,3	0,6

Nota (*): com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 9 - Variação (%) acumulada no ano até abril, Indústria Geral, Extrativa e de Transformação – Espírito Santo



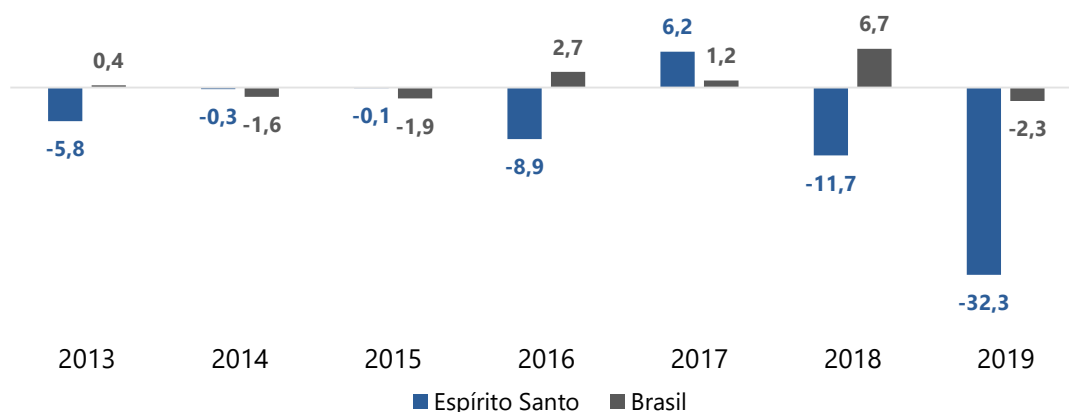
Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O setor mundial e nacional de papel e celulose está enfrentando, desde o final do ano passado, o enfraquecimento da demanda chinesa, que gerou como consequência o aumento dos estoques de matéria prima e de produtos finais para consumo. Por este motivo, o setor

vem priorizando consumir os seus estoques em detrimento de elevar a produção¹³. Além disso, os produtores ainda se deparam com os entraves da guerra comercial entre China e Estados Unidos, e a queda nas cotações da celulose e da fibra curta¹⁴.

Gráfico 10 - Variação (%) da produção da atividade de celulose, papel e produtos de papel, Brasil e Espírito Santo – acumulado no ano até abril



Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Segundo os dados divulgados pela ANP, em abril a extração de petróleo e gás natural (P&G) no Brasil foi, em média, de 3.314 milhares de barris equivalentes de óleo por dia (Mboe/d). Este resultado corresponde a uma redução de -0,3% no acumulado para janeiro a abril de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado. Seguindo a mesma base de comparação, a produção de gás natural aumentou 1,7%, ao passo que a produção de petróleo reduziu -1,0%. No Espírito Santo, a produção total de P&G atingiu 317,68 Mboe/d em abril. Nos primeiros quatro meses do ano,

frente ao mesmo período do ano passado, a queda na produção do setor foi de -20,2%, com redução de -20,7% no petróleo e de -14,9% no gás natural. A redução do nível de produção de P&G também pode ser verificada nas outras bases de comparação.

Esse desempenho do mês de abril no Espírito Santo é resultado da contração dos níveis de produção de P&G tanto em terra quanto em mar. As quedas mais expressivas ocorreram nos campos (em mar) Argonauta (operado pela Shell), Baleia Anã e Pirambu (operados pela Petrobras).

Tabela 7 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás, Brasil e Espírito Santo - abril 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbb/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbb/d)	Total (Mboe/d)
Produção	113,0	2.604,0	3.314,0	7,4	271,3	317,7
Variação (%) - abr.19/abr.18	3,7	0,3	1,0	-19,8	-25,5	-24,7
Variação (%) - abr.19/mar.19	1,4	1,7	1,6	-5,2	-6,0	-5,9
Variação (%) - acumulado no ano	1,7	-1,0	-0,3	-14,9	-20,7	-20,2

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹³ Sobre o desempenho da atividade industrial referente à celulose e produtos de papel, ver também a seção Desempenho Industrial do Boletim Econômico Capixaba de março: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/269/original/032019_BEC-marco.pdf?1554326253

¹⁴ Informações retiradas do Valor Econômico. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6273401/preco-baixo-da-celulose-tira-brilho-do-dolar-mais-caro>

Em relação às expectativas dos industriais, em junho o Índice de Confiança do Empresário Industrial do Brasil (ICEI) atingiu 56,9 pontos, ficando 0,4 acima do registrado em maio. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando as expectativas eram baixas em decorrência da gre-

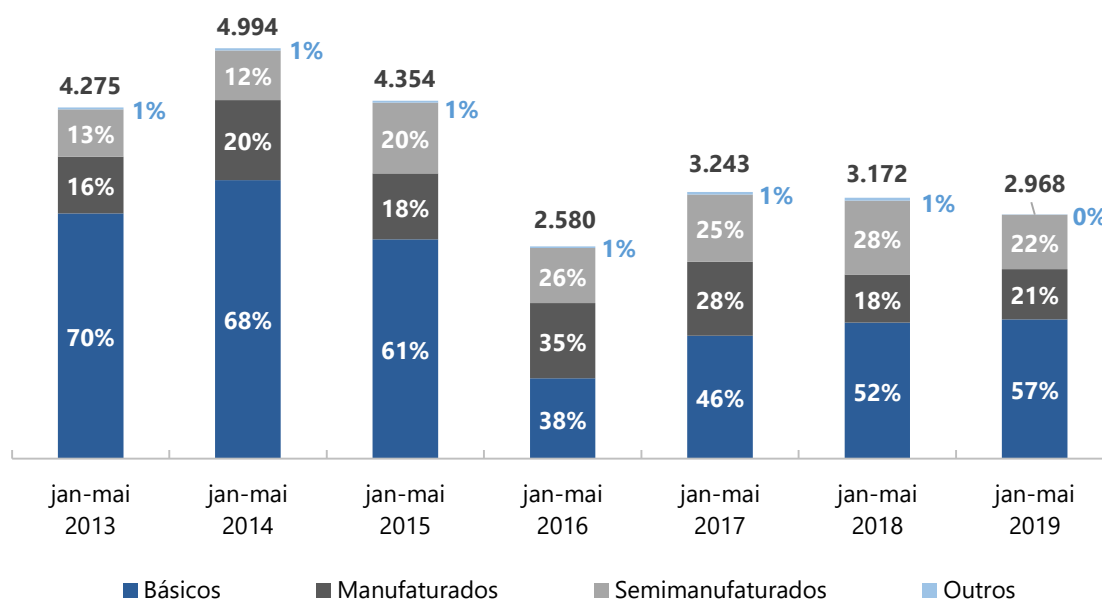
ve dos caminhoneiros, o índice ficou 7,3 pontos acima do registrado. No Espírito Santo, o ICEI mensal ficou em 58,5 pontos, abaixo do verificado em maio de 2019 (60,6), mas acima do valor de junho de 2018 (48,7). O resultado ainda aponta para um quadro de otimismo do industrial capixaba.

4. Comércio Exterior

No acumulado até maio de 2019, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 92,7 bilhões, valor -1,1% abaixo do ocorrido em igual período do ano anterior. Essa redução ocorreu devido à menor comercialização dos produtos manufaturados (-6,1%), que representam mais de um terço da pauta exportadora brasileira.

No Espírito Santo as exportações totalizaram US\$ 3,0 bilhões, de janeiro a maio de 2019, e a trajetória não diverge muito da nacional, com queda nos valores registrados em comparação aos mesmos períodos de 2018 (-6,4%) e de 2017 (-8,5%).

Gráfico 11 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

No estado, a redução das exportações foi devido à menor venda dos produtos semimanufaturados (-26,6%), influenciados pelas quedas nos produtos de ferro ou aço não ligado (-22,6%) e pastas químicas de madeira (-53,7%),

que estão entre os 10 principais produtos da pauta exportadora capixaba. Esses resultados vão em direção ao desempenho da produção física industrial dessas atividades no estado, conforme analisado na seção anterior.

Tabela 8 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US\$ milhões e mil toneladas - 2018 e 2019¹

Descrição	2018				2019			
	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Minérios de ferro e concentrados	1.021	32,2%	11.204	71,2%	889	30,0%	9.077	69,7%
2 Óleos Brutos de Petróleo	396	12,5%	1.065	6,8%	473	15,9%	1.189	9,1%
3 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	324	10,2%	645	4,1%	251	8,5%	505	3,9%
4 Café não torrado em grão	97	3,1%	42	0,3%	197	6,6%	118	0,9%
5 Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	131	4,1%	232	1,5%	188	6,3%	342	2,6%
6 Pastas químicas de madeira	403	12,7%	815	5,2%	187	6,3%	518	4,0%
7 Outros granitos trabalhado	186	5,9%	296	1,9%	175	5,9%	310	2,4%
8 Outras pedras de cantaria	36	1,1%	17	0,1%	71	2,4%	34	0,3%
9 Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	82	2,6%	141	0,9%	66	2,2%	129	1,0%
10 Pimenta em Grão	45	1,4%	15	0,1%	53	1,8%	25	0,2%
Total dos 10 produtos	2.722	85,8%	14.473	92,0%	2.550	85,9%	12.247	94,1%
Total das exportações	3.172	100,0%	15.738	100,0%	2.968	100,0%	13.020	100,0%

¹ valores referentes ao acumulado de janeiro a maio

Fonte: MDIC

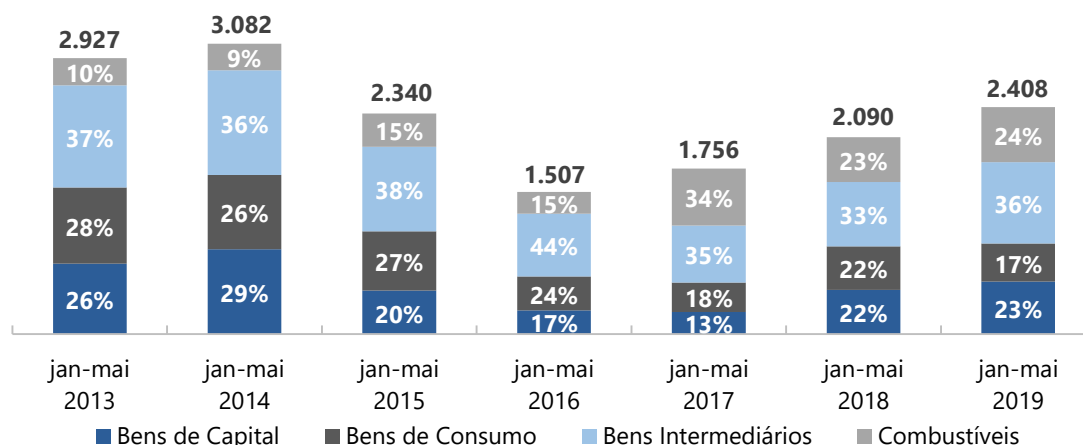
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

As importações brasileiras, por sua vez, cresceram 1,8%, nos cinco primeiros meses do ano frente ao mesmo período de 2018, totalizando US\$ 70,7 bilhões em compras de bens e serviços do exterior. O resultado foi mais expressivo do que os verificados em períodos anteriores, atrelado aos bons desempenhos dos bens de capital (+5,3%) e bens intermediários (+3,4%).

No Espírito Santo as importações continuaram crescendo, com a alta de 15,2%, no acumulado de janeiro a maio de 2019 contra igual período de 2018. O total importado pelo estado nesse período foi de US\$ 2,4 bilhões.

As categorias que mais contribuíram com essa expansão foram bens intermediários (+27,1%), combustíveis (+21,5%) e bens de capital (+18,8%).

Gráfico 12 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 9 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US\$ milhões e toneladas – 2018 e 2019¹

Descrição	2018				2019			
	US\$ mi	Part. %	Ton.	Part. %	US\$ mi	Part. %	Ton.	Part. %
1 Hulha	365	17,5%	2.168.470	68,4%	455	18,9%	2.707.509	70,2%
2 Automóveis com motor a explosão	155	7,4%	15.088	0,5%	107	4,4%	9.890	0,3%
3 Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	0	0,0%	21	0,0%	93	3,9%	827	0,0%
4 Coques com granulometria	30	1,4%	87.880	2,8%	80	3,3%	198.720	5,2%
5 Outros equipamentos terminais ou repetidores	54	2,6%	116	0,0%	77	3,2%	150	0,0%
6 Outros aviões e outros veículos aéreos	74	3,5%	40	0,0%	59	2,5%	45	0,0%
7 Aviões e outros veículos aéreos, a turbojato	24	1,2%	24	0,0%	53	2,2%	38	0,0%
8 Malte não torrado	21	1,0%	39.765	1,3%	49	2,0%	94.326	2,4%
9 Hulha antracita	38	1,8%	334.930	10,6%	46	1,9%	350.982	9,1%
10 Resíduos de alumínio	32	1,5%	19.886	0,6%	45	1,9%	29.849	0,8%
Total dos 10 produtos	793	37,9%	2.666.221	84,1%	1.064	44,2%	3.392.336	88,0%
Total das importações	2.090	100,0%	3.172.078	100,0%	2.408	100,0%	3.854.311	100,0%

¹ valores referentes ao acumulado de janeiro a maio

Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

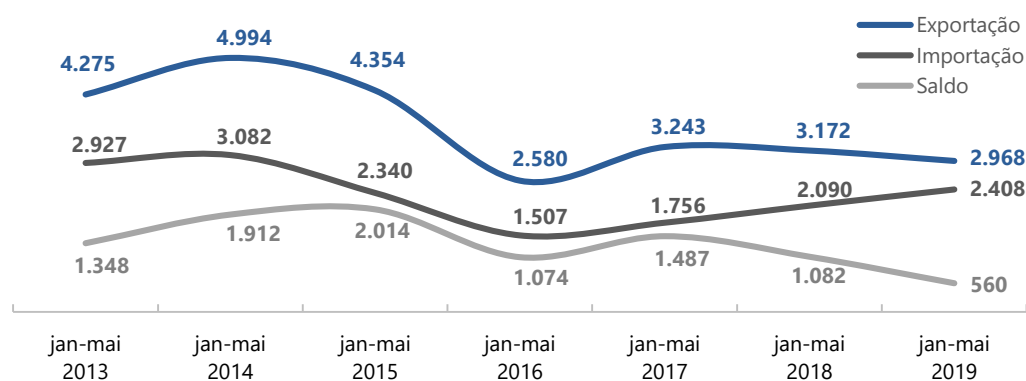
O saldo da balança comercial, diferença entre as exportações e as importações, manteve-se superavitário, tanto em âmbito nacional quanto estadual, nesses cinco primeiros meses do ano.

No Brasil o efeito positivo foi de US\$ 22,1 bilhões e no Espírito Santo alcançou US\$ 560 milhões. No entanto, ambos valores se encontram em patamares abaixo do ocorrido nos mesmos meses de 2018. Para o saldo nacional houve decréscimo de -8,7% e para o capixaba o cenário foi mais preocupante, considerando a diminuição de quase metade (-48,2%) do saldo anterior.

A redução do saldo da balança comercial no estado tem sido consequência tanto do aumento das importações (+ US\$ 318 milhões) quanto da queda nas exportações (- US\$ 204 milhões).

O desempenho das exportações capixabas, como analisado acima, reflete a redução da produção de minério de ferro¹⁵, com impactos nas exportações desse metal e nas vendas dos produtos de ferro e aço, que o utilizam como matéria-prima. As maiores reduções na pauta exportadora do estado foram dos seguintes países e produtos: Turquia (menos US\$ 47,1 milhões em de ferro ou aço), Arábia Saudita (menos US\$ 30,4 milhões em minério de ferro e concentrados) e Argentina (menos US\$ 15,5 milhões em ferro e aço), de acordo os dados do MDIC e Funcex.

Gráfico 13 – Balança comercial do Espírito Santo, US\$ FOB – milhões



Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

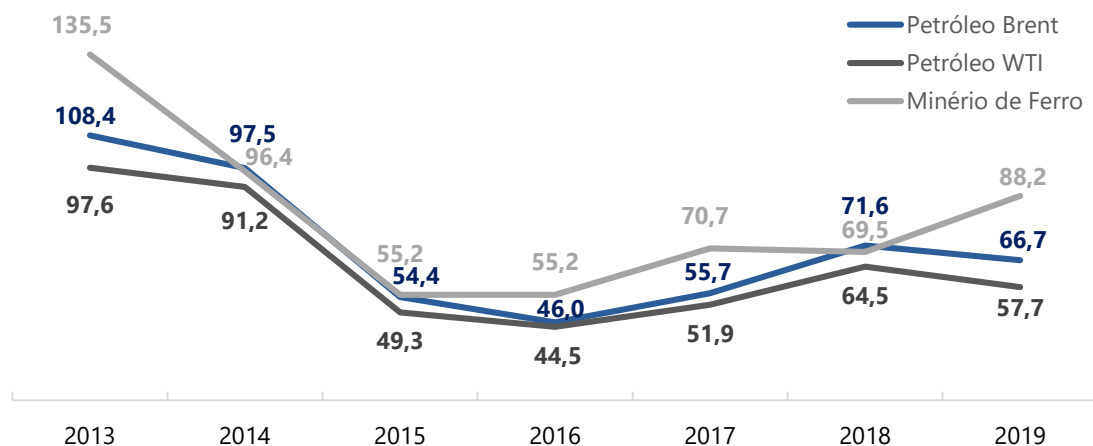
¹⁵ Para mais informações sobre a produção do minério de ferro, acesse o Box 2 "A produção de pelotas de ferro no Espírito Santo" no Boletim Econômico Capixaba do mês de maio de 2019: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/390/original/Boletim-Maio_2019.pdf?1559329063

Em relação ao acompanhamento dos preços das commodities, o preço do minério de ferro é o único que apresenta trajetória crescente, ultrapassando a média anual dos últimos quatro anos, e alcançando, em 31 de maio, a maior cotação desde junho de 2014 (US\$ 98,76 a tonelada).

No que se refere ao petróleo, as duas cotações estão em quedas, seja na média anual seja na mensal.

O Índice de Commodities Brasil¹⁶ (IC-Br), divulgado pelo Banco Central, ficou em 190,6 na média dos primeiros cinco meses de 2019, patamar que excede em 0,8% o observado em 2018. Desagrupando esse indicador¹⁷, observa-se crescimento no grupo de agropecuária (3,9%) e metal (0,9%), acompanhando o índice geral. Em contrapartida, o grupo de energia registrou queda de -6,7%, efeito do menor nível de preço do Petróleo Brent, junto com as quedas na cotação do gás natural, desde dezembro de 2018.

Gráfico 14 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$

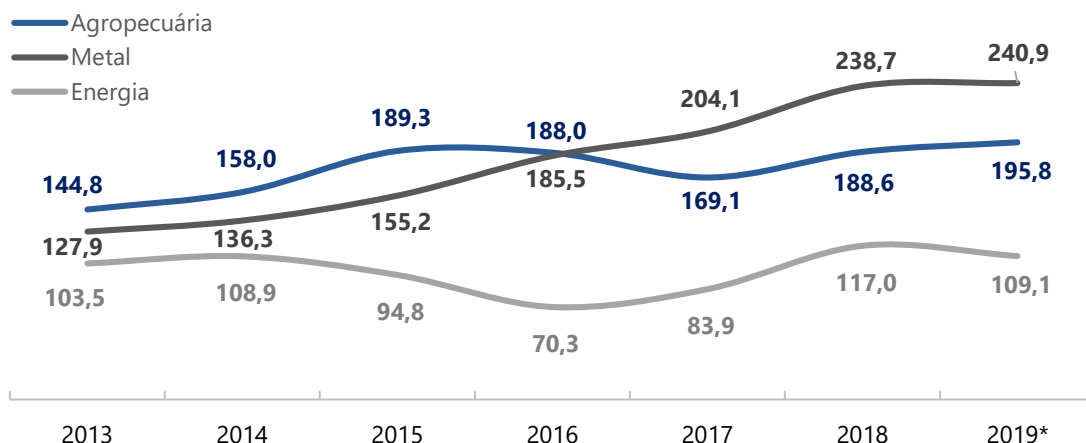


*última atualização maio/2019

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 15 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



* últimos dados até maio de 2019

Fonte: Bacen

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁶ O indicador, IC-Br, é elaborado a partir, da média mensal, dos preços internacionais de commodities convertidos para reais, em busca de refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos proveniente das variações na taxa de câmbio.

¹⁷ Os três grandes grupos de commodities que compõe o IC-Br são divididos e compostos por: Agropecuária (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau); Metais (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) e Energia (petróleo Brent, gás natural e carvão).

5. Crédito

Em abril de 2019, o estado e o país registraram crescimento nas carteiras de crédito quando comparadas com abril de 2018, puxado pelo crédito para as famílias. Na passagem de março para abril, o saldo da carteira de crédito no país ficou estável, enquanto no estado caiu -1,2%, ancorado pelas operações para as empresas. Em geral, os indicadores de custo de crédito caíram na comparação interanual e mantiveram certa estabilidade na análise mensal.

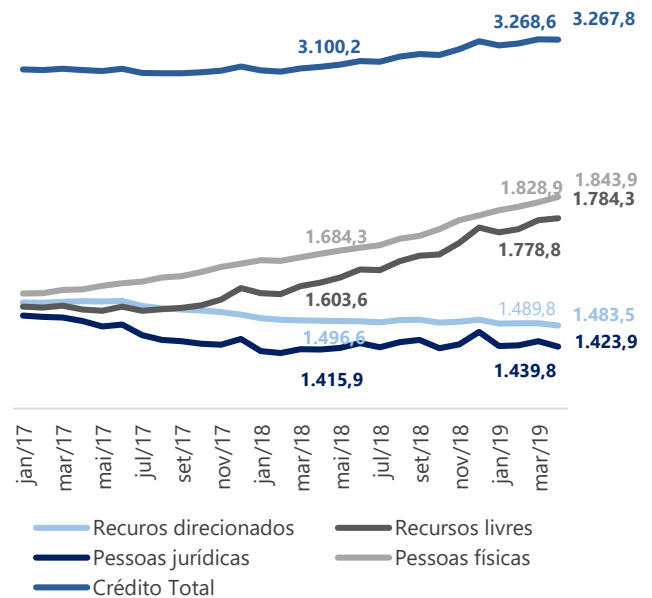
O crédito com recursos livres ampliou 11,3% na comparação interanual e teve alta de 0,3% em relação a março. A expansão em ambos os períodos foi resultado da ampliação das operações de crédito com famílias nas modalidades de crédito pessoal consignado, aquisição de veículos, cartão de crédito parcelado e cartão de crédito à vista.

Por sua vez, o crédito com recursos direcionados na comparação interanual reduziu pelo quarto mês consecutivo, consequência dos resultados negativos das operações de crédito para as empresas na mesma base de comparação.

O saldo de crédito de abril nas operações com as famílias foi de 1,8 trilhão, crescimento de 9,5% na comparação com abril de 2018, e alta de 0,8% em relação ao mês imediatamente anterior.

Para as empresas o crédito cresceu 0,6% em doze meses. Entretanto, desacelerou -1,1% na comparação com o mês de março.

Gráfico 16 – Saldos por segmento e por tipo de tomador de crédito, Brasil (em R\$ bilhões)

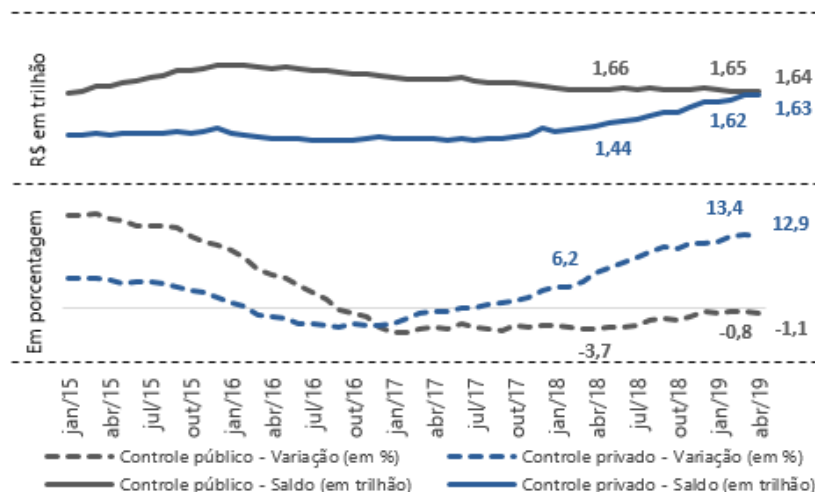


Fonte: Bacen

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em abril, o saldo de crédito das instituições financeiras privadas se aproximou do saldo das instituições públicas, registrando R\$ 1,63 trilhão e R\$ 1,64 trilhão, respectivamente. Na soma, a carteira de crédito brasileira totalizou R\$ 3,27 trilhões, crescimento de 5,4% se comparado ao mesmo mês de 2018 e patamar estável na passagem do mês de março para abril.

Gráfico 17 – Variação (%) em doze meses e saldo mensal de operações de crédito das instituições financeiras - Brasil



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 10 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Abril/2018			Março/2019			Abril/2019		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	0,3	0,6	3.100,2	0,8	5,7	3.268,6	0,0	5,4	3.267,8
Pessoa Jurídica	-0,1	-5,4	1.415,9	0,9	1,6	1.439,8	-1,1	0,6	1.423,9
Pessoa Física	0,6	6,3	1.684,3	0,7	9,2	1.828,9	0,8	9,5	1.843,9
Recursos Livres	0,6	4,9	1.603,6	1,4	11,6	1.778,8	0,3	11,3	1.784,3
Pessoa Jurídica	0,4	1,7	734,0	2,0	10,4	807,6	-0,9	9,0	799,9
Pessoa Física	0,9	7,8	869,5	0,9	12,7	971,3	1,3	13,2	984,3
Recursos Direcionados	-0,1	-3,6	1.496,6	0,0	-0,5	1.489,8	-0,4	-0,9	1.483,5
Pessoa Jurídica	-0,5	-11,9	681,8	-0,6	-7,8	632,2	-1,3	-8,5	623,9
Pessoa Física	0,3	4,7	814,8	0,4	5,6	857,6	0,2	5,5	859,6
Espírito Santo									
Credito Total	-1,2	2,8	48,4	1,6	3,1	50,5	-1,2	3,1	49,9
Pessoa Jurídica	-3,5	1,5	20,4	3,4	-1,3	20,9	-3,9	-1,7	20,0
Pessoa Física	-0,5	3,8	28,0	0,4	6,4	29,6	0,7	6,6	29,8

Nota: Variação ao mês, refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em doze meses).

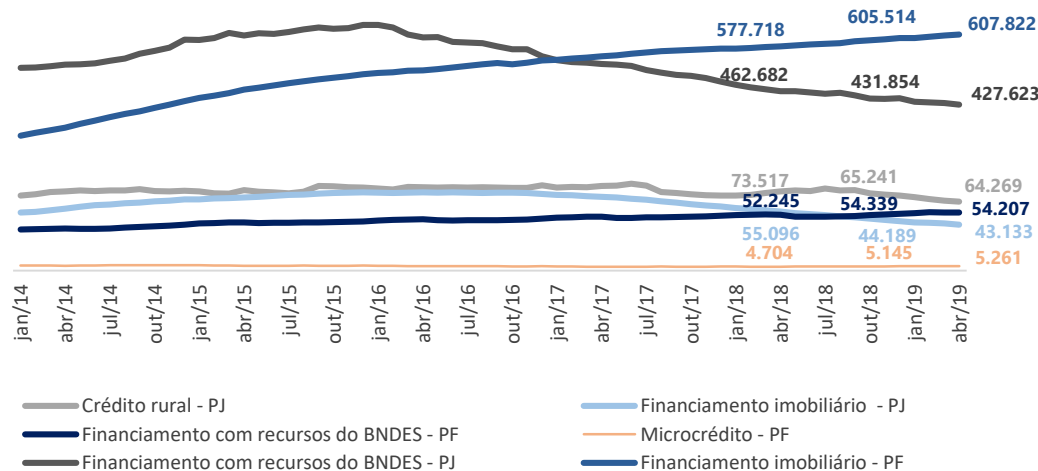
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Quando analisado por modalidade o segmento de crédito direcionado, observa-se que este é composto, principalmente, pelo financiamento imobiliário para famílias e pelo financiamento com recursos do BNDES para empresas. Esta última modalidade vem apresentando uma tendência decrescente na participação total do crédito direcionado.

Isso tem a ver com a diminuição da participação das instituições financeiras sob controle público na concessão de empréstimos a pessoas jurídicas, e pela busca das empresas por fontes de financiamento no mercado de capitais e no mercado exterior¹⁸.

Gráfico 18 – Modalidades das operações de crédito com recursos direcionados, Brasil - (R\$ milhões)



Nota: PJ refere-se a pessoas jurídicas e PF a pessoas físicas.

Fonte: Banco Central

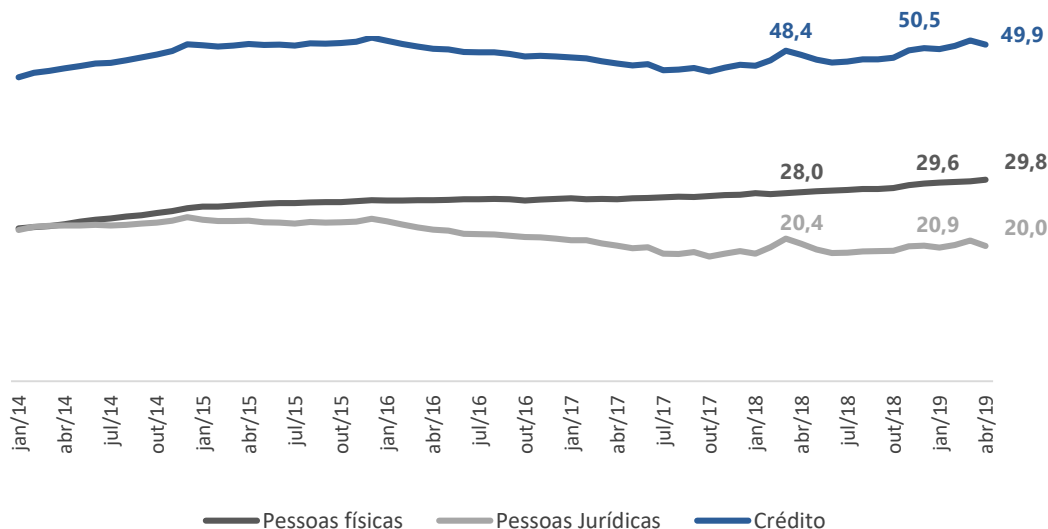
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁸ O Banco Central expõe que a diminuição do crédito às empresas deve-se à migração para fontes de financiamento fora do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em especial, do mercado de capitais e do mercado externo. Veja em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201901/br201901p.pdf>.

Na análise estadual, a carteira de crédito do Espírito Santo apresenta trajetória positiva desde o segundo semestre de 2018, sustentada, sobretudo, pelo movimento com operações de crédito às famílias.

O saldo do crédito estadual cresceu 3,1% em doze meses, enquanto a taxa mensal reduziu -1,2%. Por outro lado, destaca-se que tanto o crédito para as empresas capixabas quanto para famílias aumentou nas mesmas bases comparativas.

Gráfico 19 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R\$ bilhões)

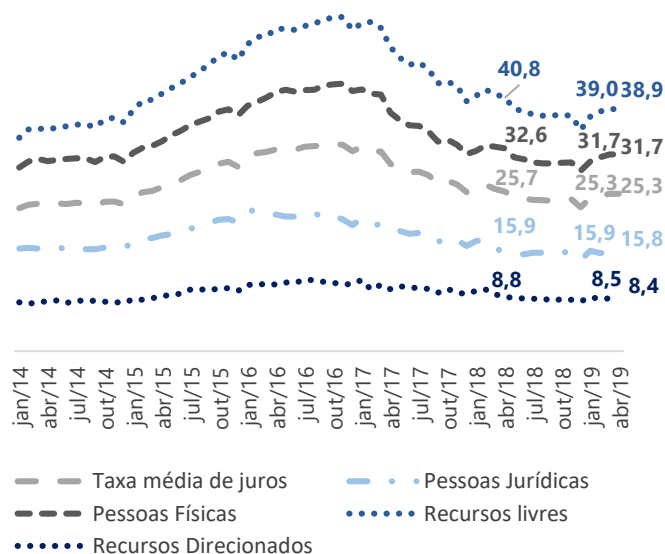


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Sobre o custo do crédito, em abril, a taxa média de juros do país diminuiu -0,4 p.p. na comparação com o mesmo mês de 2018, enquanto na passagem de março para abril manteve-se estável, em 25,3%.

Na base de comparação interanual, as taxas médias de juros para as pessoas físicas e para o segmento de recursos livres continuam sua trajetória acima da média nacional, embora tenha havido quedas em ambas modalidades. Para as empresas e para o segmento de recursos direcionados, as taxas médias de juros também desaceleraram -0,1 p.p. e -0,4 p.p. respectivamente.

Gráfico 20 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

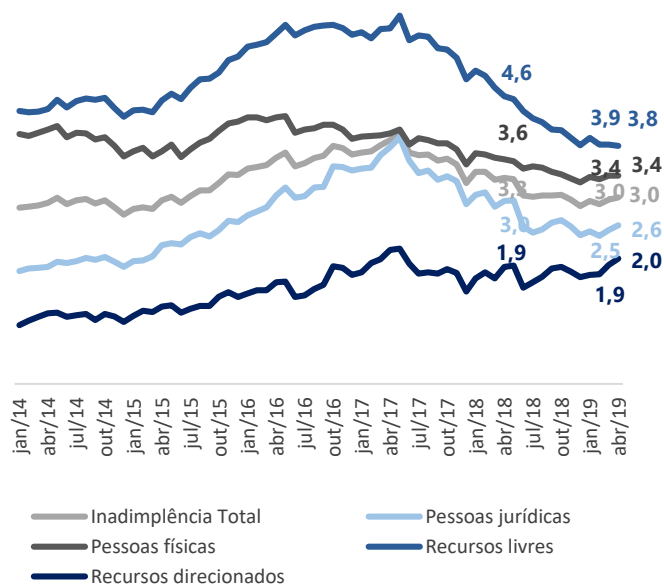
Portanto, na comparação com abril de 2018, as taxas médias de juros caíram em todos os recortes analisados, por modalidade e por tomador de crédito, movimento que, na variação mensal, foi acompanhado pelas taxas médias de juros para recursos livres, para recursos direcionados e para empresas; com a exceção da taxa média de juros às famílias, que permaneceu inalterada.

Os indicadores de inadimplência na base de comparação interanual declinaram em abril. Este resultado, segue a trajetória de queda desde o segundo semestre de 2017.

Destaca-se que as taxas atuais de inadimplência das carteiras de crédito, por tipo de tomador (empresas e famílias) e por segmento de crédito (recursos livres e recursos direcionados) reduziram quando comparadas com abril de 2018. Em relação à análise mensal, houve uma certa estabilidade nas taxas de inadimplência, tanto por tipo de tomador quanto por tipo de recurso.

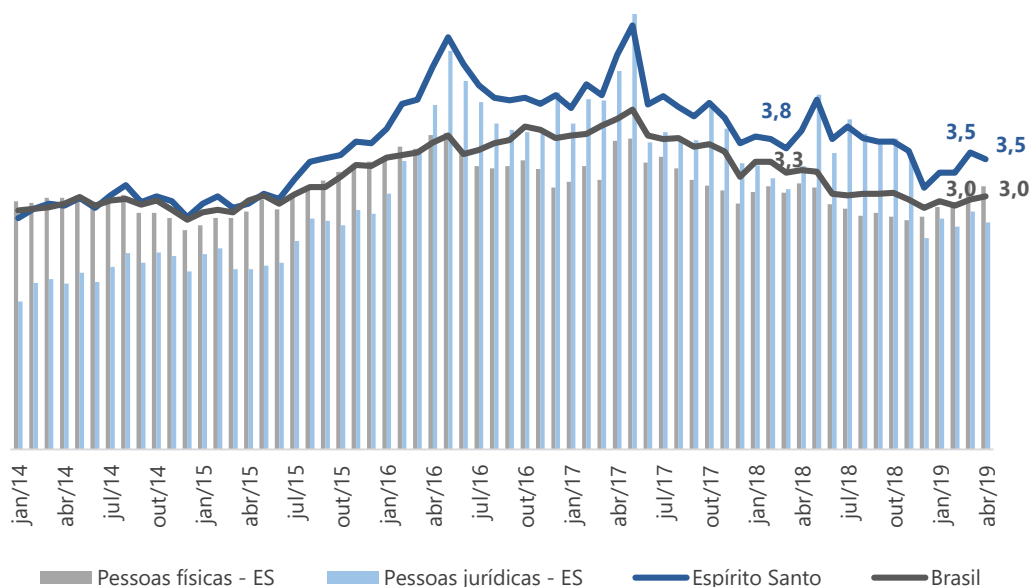
No Espírito Santo, a taxa de inadimplência recuou -0,3 p.p. se comparada com abril de 2018, e, em relação a março, manteve-se inalterada. Estes resultados se devem à diminuição das taxas de inadimplência das empresas capixabas.

Gráfico 21 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 22 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)



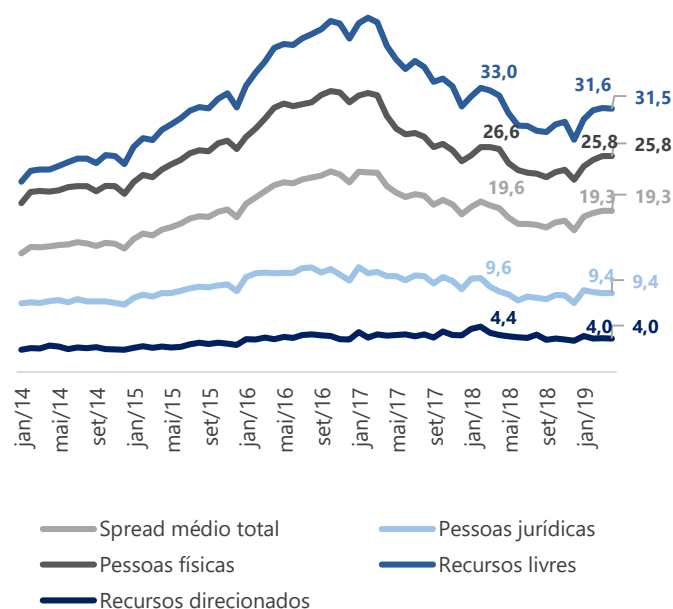
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em relação aos custos de financiamento, os indicadores de spread para o país, por tipo de tomador e por segmento de crédito, tiveram redução interanual em abril. Ao mês, apresentaram estabilidade, à exceção do spread médio das operações de crédito com recursos livres, que caiu -0,1 p.p.

Na primeira semana de junho, as taxas médias de juros cobradas para empréstimos de capital de giro e para antecipações financeiras sobre contratos de câmbio, mostraram contração em relação à primeira semana de maio. Este movimento foi registrado para as taxas de juros de curto e longo prazo cobradas para essas modalidades.

Apesar da melhora nesses custos de financiamento, a taxa de juros cobrada para a modalidade de Conta Garantida cresceu. Também a taxa média de juros para o Desconto de Duplicatas aumentou em termos anuais.

Gráfico 23 – Spread médio, por tipo de tomador e por tipo de recurso - Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 11 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,1	13,4	1,2	14,7	2,4	32,6	1,7	22,2	0,2	2,7
Caixa Econômica	2,6	36,5	1,7	22,2	-	-	2,7	37,4	0,5	5,8
Santander	2,6	36,2	1,8	24,0	4,2	64,3	1,4	18,7	0,3	3,4
Itaú-Unibanco	1,8	23,2	1,7	22,3	3,3	48,3	1,7	22,9	0,2	2,8
Bradesco	1,9	25,2	1,7	21,8	3,4	49,3	1,7	21,7	0,3	3,4
Banestes	2,9	41,5	2,1	27,6	2,6	35,7	2,5	34,3	0,6	6,9
Média Total	2,0	26,9	1,6	21,0	3,3	48,6	1,8	24,6	0,3	3,6
Varição Banestes*	-	-	-0,4	-5,6	-0,4	-6,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Varição média total*	-0,1	-1,3	-0,1	-0,9	0,1	2,3	0,0	0,5	-0,1	-1,6

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 02/05/2019 a 08/05/2019

** Na primeira semana de maio o banco Banestes não apresentou registros nesta modalidade.

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

6. Finanças Públicas Estaduais

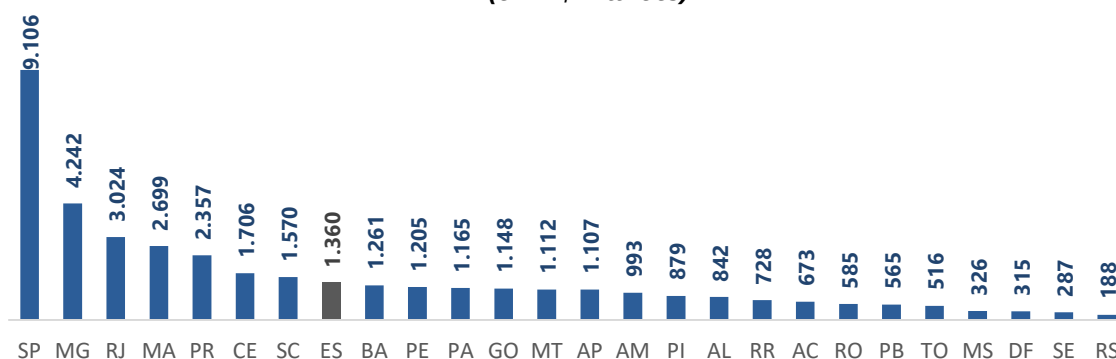
Após o encerramento do primeiro quadrimestre do ano, em abril, os relatórios de acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram enviados pelos estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo a comparação da situação fiscal dos entes federativos no período decorrido¹⁹.

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) informa bimestralmente alguns indicadores importantes sobre a situação fiscal dos estados. Um deles é o resultado primário, que considera a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias e ajuda a entender se

os gastos dos governos estão condizentes com suas arrecadações.

No acumulado entre janeiro e abril de 2019, todos os estados brasileiros registraram resultado primário positivo. O maior superávit foi registrado em São Paulo (R\$ 9,10 bilhões), enquanto o Espírito Santo teve o 8º melhor resultado, de R\$ 1,36 bilhão no primeiro quadrimestre do ano.

Gráfico 24 – Resultado Primário das Unidades da Federação – 1º quadrimestre de 2019 (em R\$ milhões)

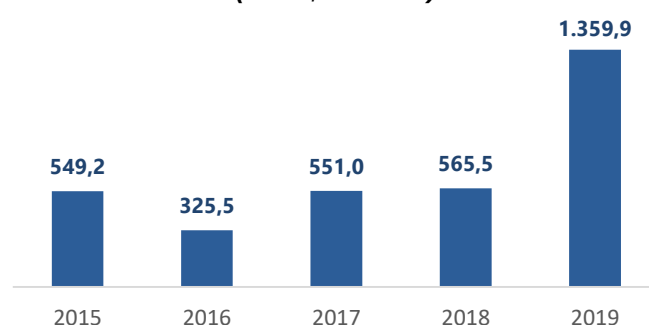


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A análise comparativa dos últimos anos para o Espírito Santo mostra que desde 2015 o resultado primário tem sido superavitário no primeiro quadrimestre.

O resultado de 2019 se destaca por ter ficado bastante acima dos anos anteriores, mesmo já descontados os efeitos da inflação. Boa parte disso deve-se ao recebimento de receitas primárias de capital extraordinárias, via transferências da União, que totalizaram R\$ 638 milhões até abril deste ano, constituindo valores retroativos referente ao acordo dos campos de produção de petróleo e gás natural do Parque das Baleias²⁰.

Gráfico 25 – Resultado Primário no 1º quadrimestre de cada ano – Governo do Espírito Santo, 2015-2019 (em R\$ milhões)



Nota 1: Resultado Primário "acima da linha", considera a diferença entre as receitas e as despesas primárias.
Nota 2: Valores atualizados pelo IPCA de Abril/2019.
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional. Por não constar nas bases de dados até a data de extração, o Rio Grande do Norte é o único estado não considerado nas análises.

²⁰ Veja mais sobre o acordo do Parque das Baleias na seção 1 deste Boletim.

Outro indicador presente nos RREO's é o resultado nominal, que indica o movimento da dívida consolidada líquida dos estados em relação a um período anterior de comparação. O gráfico 26 mostra que a grande maioria dos estados brasileiros apresentou um resultado nominal favorável, ou seja, tiveram uma redução da sua dívida líquida no primeiro quadrimestre de 2019, quando comparada à dívida registrada no fechamento de 2018.

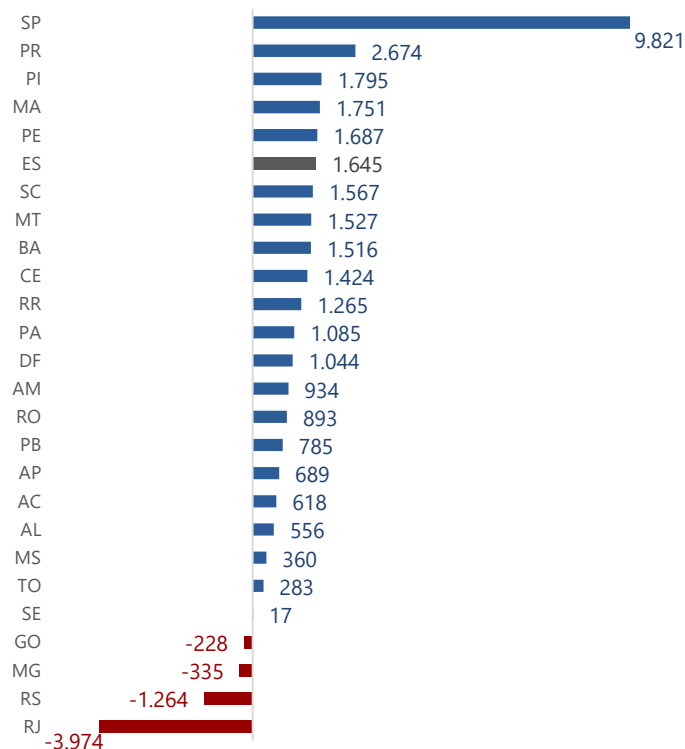
São Paulo foi o estado com a maior redução da dívida consolidada líquida no período (R\$ 9,82 bilhões) e o Espírito Santo obteve o sexto melhor indicador, reduzindo sua dívida em R\$ 1,64 bilhão (gráfico 26).

Os únicos estados que registraram aumento do seu endividamento até abril de 2019 foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás²¹.

O resultado nominal apurado para o Espírito Santo no primeiro quadrimestre dos últimos anos mostra que em todos eles foram registrados valores positivos, ou seja, houve uma diminuição da dívida líquida na comparação com o último quadrimestre do ano anterior.

O ano de 2019 se destaca no período analisado com o maior resultado nominal registrado nos primeiros quatro meses do ano, o que teve influência direta do aumento da disponibilidade de caixa no período.

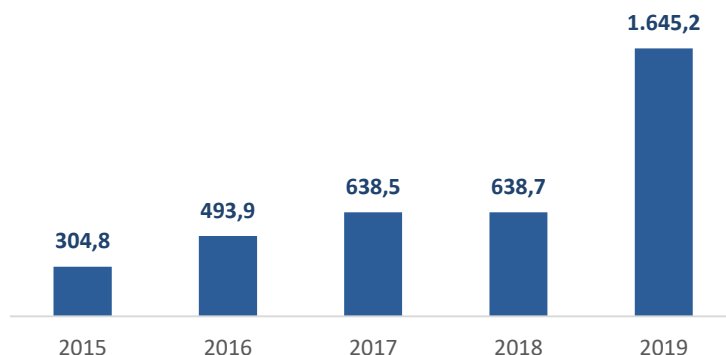
Gráfico 26 – Resultado Primário no 1º quadrimestre de cada ano – Governo do Espírito Santo, 2015-2019 (em R\$ milhões)



Nota: Resultado Nominal "abaixo da linha", em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 27 – Resultado Nominal no 1º quadrimestre de cada ano – Governo do Espírito Santo, 2015-2019 (em R\$ milhões)



Nota 1: Resultado Nominal "abaixo da linha", em que um valor positivo indica redução da dívida consolidada líquida em comparação ao último quadrimestre do ano anterior.

Nota 2: Valores atualizados pelo IPCA de Abril/2019.

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

²¹ Estes são os estados brasileiros que já haviam fechado o ano de 2018 em situação fiscal mais delicada, com piores notas nas avaliações de capacidade financeira do Tesouro Nacional. Veja mais sobre isso na seção destaque do Boletim de Novembro/2018, disponível em: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/053/original/BEC_novembro.pdf?1549472327

Além da variação da dívida dos estados, é importante analisar o tamanho delas (o estoque da dívida) bem como a sua proporção em relação às receitas. Também previsto na LRF, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um produto quadrimestral e permite analisar outros dados relativos à situação fiscal dos estados, sendo um deles a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (RCL).

Uma resolução do Senado Federal determina que o nível máximo de endividamento dos estados deve corresponder a duas vezes (ou 200%) a RCL. A LRF considera que a proporção de 180% da RCL já indica um limite de alerta para o montante da Dívida Consolidada Líquida.

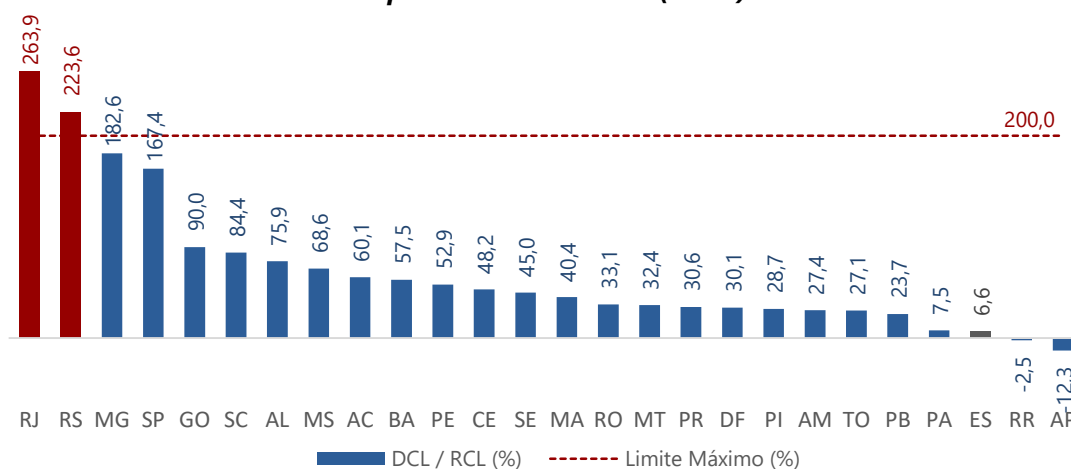
No primeiro quadrimestre de 2019 apenas dois estados aparecem excedendo o limite máximo: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que já se encontravam nessa situação

nos últimos relatórios. Minas Gerais, por sua vez, se situa acima do limite de alerta com 182,6%, mas melhorou neste indicador em relação ao registrado no fim de 2018 (189,0%), por conta do crescimento da sua RCL no período.

O Espírito Santo tem a terceira menor dívida como proporção da Receita Corrente Líquida, alcançando 6,6%, contra os 19,0% registrados ao fim do ano passado.

Pelo fato de a Dívida Consolidada Líquida considerar os valores da dívida consolidada descontados das disponibilidades de caixa dos entes, é possível que o indicador registre valor negativo, como indicado no gráfico para os estados de Roraima e Amapá.

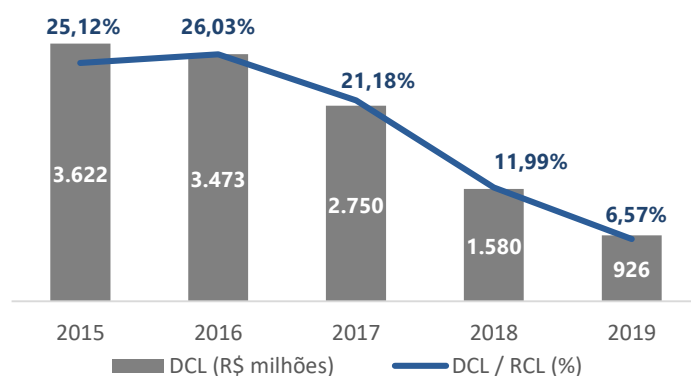
Gráfico 28 – Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – 1º quadrimestre de 2019 (em %)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Desde 2015 os indicadores do primeiro quadrimestre do ano mostram uma queda da dívida consolidada líquida do Espírito Santo, em valores absolutos. Apenas em 2016 houve um ligeiro aumento na dívida como proporção da RCL para o primeiro quadrimestre, mas desde então ambos os valores vêm se reduzindo.

Gráfico 29 - Dívida Consolidada Líquida no 1º quadrimestre, em R\$ milhões e em % da RCL – Governo do Estado do Espírito Santo, 2015-2019

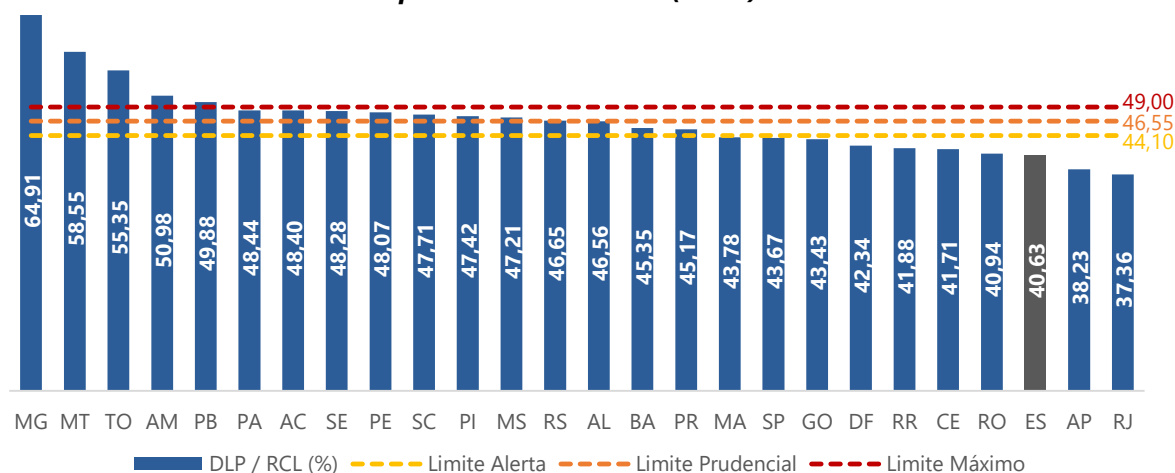


Nota: Valores atualizados pelo IPCA de Abril/2019
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Outro indicador fundamental previsto na LRF é o que analisa a proporção das despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida. Segundo os parâmetros estabelecidos na lei, os gastos com pessoal ativo, inativo e terceirizado podem atingir o limite máximo de 49% da RCL, no caso do poder executivo estadual. O limite de alerta é atingindo com 44,10% e o limite prudencial com 46,55%.

No resultado apurado até o primeiro quadrimestre de 2019, um total de dez estados se situaram abaixo dos limites, incluindo o Espírito Santo, que teve o terceiro menor indicador de comprometimento com despesas de pessoal, alcançando 40,6% da RCL.

Gráfico 30 – Despesa Líquida com Pessoal / Receita Corrente Líquida - Unidades da Federação, 1º quadrimestre de 2019 (em %)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Siconfi/STN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Dois estados atingiram o limite de alerta, enquanto outros nove ultrapassaram o limite prudencial. A situação mais crítica se dá em cinco estados que se encontram acima do limite máximo previsto: Paraíba, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso e Minas Gerais. No estado mineiro as despesas com pessoal atingem 64,9% da Receita Corrente Líquida.

Analisando mais atentamente o comportamento das despesas com pessoal do Espírito Santo, observa-se que os últimos anos foram de esforço para manutenção do indicador do estado abaixo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 12 - Detalhamento das Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida no 1º quadrimestre de cada ano - Poder Executivo Espírito Santo (em R\$ milhões)

Item	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa Líquida com Pessoal / RCL (%)	43,7%	43,5%	42,3%	42,6%	40,6%
Receita Corrente Líquida Ajustada	14.659	13.343	13.149	13.177	14.106
Despesa Líquida com Pessoal	6.403	5.802	5.559	5.611	5.732
Pessoal Ativo	4.743	4.175	3.802	3.546	3.710
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.472	2.170	2.242	2.400	2.526
Outras Despesas de Contratos de Terceirização	266	257	171	154	171
(-) Despesas não Computadas	1.077	800	655	489	676

Nota 1: valores atualizados pelo IPCA de Abril/2019.

Nota 2: os dados correspondem ao acumulado dos últimos 12 meses até o primeiro quadrimestre de cada ano.

Nota 3: As "Despesas não Computadas" incluem indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; despesas de exercícios anteriores e decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração; despesas de inativos e pensionistas com recursos vinculados (§ 1º do art. 19 da LRF).

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal / STN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A queda da receita corrente líquida nos anos de 2016 e 2017 foi acompanhada por redução de maior magnitude nas despesas com pessoal, que evitou aumentos no percentual de comprometimento. Em 2018 o cenário foi de certa estabilidade, enquanto em 2019 a boa recuperação da RCL e a relativa manutenção do controle da despesa líquida total fizeram o indicador capixaba cair para os 40,6% registrados no primeiro quadrimestre deste ano.

Comparando a evolução acumulada entre 2015 e 2019 houve uma queda real, já descontando os efeitos da inflação, de -3,8% na receita corrente líquida. Por sua vez, a despesa líquida com pessoal teve redução de -10,5% no mesmo período, o que possibilitou a redução dos percentuais de comprometimento total. A maior queda nos grupos que compõem os gastos com

pessoal se deu nas despesas com contrato de terceirização (-37,2%). O destaque a ser observado, no entanto, é que os gastos com pessoal ativo sofreram redução também significativa, de -21,8%, enquanto os gastos com inativos e pensionistas tiveram alta de 2,2% no intervalo analisado.

Essa dinâmica reforça as características da tendência de crescimento de gastos com inativos, consumindo cada vez mais espaço no orçamento público, à medida em que a população envelhece e a expectativa de vida aumenta. Dada a gravidade da crise e a necessidade de redução das despesas de pessoal para cumprir as regras determinadas na LRF, o ajuste acabou se dando fortemente em cima dos ativos, com corte no número de servidores em designação temporária e comissionados, e menor reposição dos servidores efetivos²².

7. Comentários Finais

O mês de junho trouxe importantes informações sobre a economia nacional e capixaba. Em âmbito local o principal destaque foi a divulgação do resultado do PIB do primeiro trimestre do ano, que confirmou a esperada queda na atividade econômica. O PIB capixaba caiu -1,3% em comparação ao trimestre imediatamente anterior, enquanto o resultado nacional havia sido de retração de -0,2% no mesmo período. Na comparação acumulada em quatro trimestres o Espírito Santo ainda registra desempenho melhor que o do Brasil, 2,1% e 0,9%, respectivamente.

As expectativas positivas em relação à economia nacional, relacionadas à agenda de reformas do Governo Federal, vêm sofrendo sucessivas revisões em razão dos baixos níveis de atividade econômica registrados no decorrer do ano. O Boletim Focus, principal indicador das expectativas de mercado do país, registra 17 semanas seguidas de redução da projeção do crescimento do PIB para 2019.

As projeções para a taxa Selic foram mantidas em 5,75% para o fim de 2019, e em 6,50% para o fim de 2020. Apesar dessas expectativas do mercado, na última reunião do

Copom em 19 de junho foi mantida a atual taxa básica em 6,50% ao ano. O comitê sinaliza que esta é uma taxa adequada para influenciar a inflação para o centro da meta, que é de 4,25%. No acumulado em 12 meses até maio, o IPCA nacional registra 4,66%, enquanto para a Região Metropolitana da Grande Vitória está em 4,45%. A expectativa, no entanto, se torna cada vez maior para uma efetiva redução da Selic no segundo semestre do ano.

O desempenho da atividade industrial, nos últimos dados disponíveis para abril, registrou queda no acumulado em 12 meses: -1,1% para o Brasil e -3,2% para o Espírito Santo. Ambas as quedas derivam de uma maior retração na produção da indústria extrativa.

O comércio exterior brasileiro e capixaba apresentam queda nas exportações no acumulado do ano até maio, o que se correlaciona às quedas na produção industrial de importantes produtos da pauta exportadora. As importações crescem no mesmo período, o que resulta em saldo da balança comercial menor do que o do ano passado, mas ainda superavitário, tanto para o país quanto para o estado.

²² Para uma análise mais detalhada, ver o Estudo Especial nº 2/2018 do Ideies: "Gestão fiscal do Governo do Estado do Espírito Santo – 2007 a 2017", disponível em: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/036/original/Estudo_Especial_N.2_Gestao_Fiscal_2018.pdf?1550703785

No mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito nacional e capixaba tiveram evolução positiva na comparação interanual. Na variação do mês de março para o mês de abril, o Espírito Santo teve queda, enquanto o Brasil manteve-se estável. Os indicadores de custo do crédito, como taxas de juro e spread médios apresentaram queda na comparação interanual, com relativa estabilidade na passagem mensal.

As finanças públicas do Governo do Estado mostram bom desempenho no primeiro quadrimestre do ano, baseado nos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal. O estado registra ótimos valores para o resultado primário e nominal do período, bem como redução do seu endividamento e controle das despesas com pessoal. O estado capixaba segue como um dos destaques do país na comparação entre as unidades federativas.

O mês de junho teve noticiário agitado no campo político, com destaques internacionais para possibilidade de

queda de juros em bancos centrais pelo mundo, tensões entre EUA e Irã e as expectativas pelas tratativas no encontro do G-20 no final do mês.

Em território nacional o principal assunto foi o vazamento de supostas trocas de mensagem envolvendo o ex-juiz e atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Também houve um episódio bastante ruidoso que culminou na saída do então presidente do BNDES, Joaquim Levy, substituído por Gustavo Montezano. Ambos os acontecimentos, no entanto, parecem não ter impactado tanto as agendas políticas no Congresso Nacional, com destaque para o andamento da Reforma da Previdência, que teve seu relatório apresentado na Comissão Especial que discute o tema na Câmara dos Deputados e seguirá como principal assunto da pauta econômica nacional nas próximas intensas semanas, até o recesso parlamentar que se inicia em 18 de julho.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ACC:** Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: “Free On Board”
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzzone de Souza Varejão

Elaboração

Assunto em Destaque – Rodrigo Taveira Rocha

Cenário Econômico – Jordana Teatini Duarte

Desempenho Industrial – Jordana Teatini Duarte

Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti

Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897

IDEIES

FINDES
CINDES
SESI
SENAI
IEL
IDEIES

**Sistema
FINDES**